



Câmeras de vigilância: o advento da interface eletrônica como suporte de uma iluminação pública¹.

Leonardo Teixeira de Mello Ferreira²

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo

A crescente utilização de câmeras de vídeo nos mais diversos ambientes públicos e privados reflete a generalização em curso da tele-vigilância, a qual vem se tornando um dos elementos mais significativos dos processos securitários de administração e controle dos espaços urbanos. De fato, começa a se configurar, de uma forma ainda mais intensa, uma espécie de policiamento televisual, objetivando, dentre outras finalidades, auscultar, monitorar em tempo real os indivíduos e os espaços, onde toda a intimidade, bem como toda obscuridade, cederiam lugar à superexposição e à transparência dos acontecimentos. Uma transparência que, segundo Paul Virilio, seria construída sobre uma transmissão imediata e à distância das aparências, cujos vetores privilegiados corresponderiam ao cinetismo, à velocidade e à potência de luminosidade eletrônica.

Palavras-chave

Vídeo-vigilância; transparência; iluminação pública; Paul Virilio

Corpo do trabalho

“à iluminação das vitrines, das lojas, sucederam, desde pouco, estas indiscretas luzes da cidade, esta vitrine catódica de uma *régie-video* da qual nós somos, às vezes, os presentes”.
Paul Virilio, *Un paysage d'événements*

Uma extensão de um olhar atento, minucioso, excessivo, sempre alerta, espreitando de modo contínuo as situações, bem como pretendendo se constituir como mais cerrado, mais sólido, cujo caráter zelaria por uma intensificação na sua ação, visando tornar mínima a sua eventualidade, o casual. Um olhar onipresente que almeja se debruçar sobre tudo, sobre a totalidade dos espaços, onde nada deve escapar a sua

¹ Trabalho apresentado ao NP – Tecnologias da Informação e da Comunicação, do XXIX Encontro dos Núcleos de Pesquisa da INTERCOM.

² Leonardo Teixeira de Mello Ferreira é aluno do curso de mestrado em Comunicação e Cultura da UFRJ. Autor de trabalhos que têm como objeto as tecnologias da comunicação e da informação, atualmente, desenvolve pesquisas relacionadas à velocidade e à vigilância sob a orientação da Professora Fernanda Bruno / UFRJ. É bolsista do CAPES desde março de 2005. Contato: leonardotmf@gmail.com



atividade. Uma captura constante, uma varredura integral, fim dos ângulos mortos, das zonas de sombra, uma transparência perfeita deve se abrir ao olhar.

Berlim é o objeto desse olhar. Ela é a casa de vidro, a idealização de um território transparente exposto à obscenidade de uma visão onde a maior distância não ocultaria mais a percepção. Da imediata proximidade do visível para a visibilidade do que está para além do campo visual, a cidade se deixa ver como um todo. O aeroporto, as rodovias, as estações de trens, as companhias de gás, os clubes de sexo, na interface da tela tudo é comprimido em um só lugar: a cidade é *sobreexposta* no imediatismo de uma transmissão instantânea.

A cidade alemã se torna um espaço accidental, descontínuo, heterogêneo, uma espécie de inventário, uma colagem realizada por Michael Klier a partir de cenas registradas pelas câmeras de vigilância espalhadas nos seus mais diversos espaços. *Der Riese*³ ilustra bem a constituição desse olho pretensamente poderoso, de um certo modo, anônimo, que vê tudo, mas que permanece relativamente invisível. Bancos, supermercados, shopping centers, tudo é inscrito na temporalidade da velocidade absoluta dos sinais de vídeo. Uma cidade tele-presente, onde o volume territorial passa a se constituir como uma massa crítica, eletrônica, desprovida de dimensões espaciais...

Hoje em dia, pode-se falar que a vigilância se tornou demasiadamente presente nas mais diversas cidades, sendo a proliferação de câmeras de vídeo em inúmeros ambientes um dos exemplos mais significativos e reveladores desse processo de monitoramento e de controle dos espaços urbanos. “Agora, tornou-se virtualmente impossível se mover pelo espaço público (e, progressivamente, no privado) sem ser fotografado ou filmado”⁴, constatam Norris e Armstrong acerca do avanço dos sistemas de vigilância na sociedade britânica. De fato, começa a se configurar, de uma forma ainda mais intensa, uma espécie de policiamento, no sentido de auscultar, monitorar os indivíduos e os espaços, onde toda a intimidade, bem como toda obscuridade, cederiam lugar ao esclarecimento e à superexposição de detalhes.

A crescente utilização dessas câmeras de vídeo nos mais variados espaços urbanos reflete a generalização em curso da tele-vigilância, a qual se torna, dentre outras considerações, o fenômeno securitário de controle das cidades. A partir desta que

³ *Der Riese* [O Gigante], de Michael Klier, é um filme de 82 minutos composto quase que inteiramente por imagens geradas a partir de câmeras de vídeo-vigilância da cidade de Berlim. Trata-se de uma produção alemã relativa ao ano de 1983.

⁴ Cf. NORRIS, C. & ARMSTRONG, G. *The Maximum Surveillance Society. The rise of CCTV*, p. 3



seria compreendida como uma vigilância televisual, comum não só a Berlin de Michael Klier ou às cidades inglesas descritas por Norris e Armstrong, mas também a outros sítios urbanos nas mais diversas localidades, observa-se o surgimento de um novo território, de uma verdadeira “vídeo-cidade”. Um território cujo volume material, em uma certa perspectiva, é substituído progressivamente por informações eletrônicas instantâneas dos sinais de vídeo.

Naturalmente, não pretendemos afirmar os processos de vídeo-vigilância como um fenômeno homogêneo, generalizando a sua utilização, os seus sentidos na multiplicidade de ambientes sobre os quais eles recaem. A compreensão de que os processos de vigilância devem ser entendidos na sua articulação com as normas culturais, com o campo político e com o conjunto de práticas sociais sobre os quais os seus regimes de funcionamento são inscritos parece ser auto-evidente; todavia, a ausência de uma orientação unificadora das relações entre a vídeo-vigilância e as dinâmicas de controle, da administração dos espaços urbanos nas localidades mais diversas não impediria, de uma forma geral, o reconhecimento de problemas mais ou menos específicos, como por exemplo, a organização de um processo onde os *espaços públicos* e *privados* tendem a ser suplantados progressivamente por uma espécie de *imagem pública*⁵.

Com efeito, a vigilância eletrônica deve ser compreendida dentro de uma lógica onde a organização do controle dos espaços se constitui a partir da condutibilidade das imagens. Essas imagens seriam, nos domínios das propriedades do vídeo, provenientes de uma comutação de informações, de uma transmissão cuja velocidade corresponde à da propagação eletrônica, possibilitando a constituição de uma tele-vigilância em tempo real. Com o advento dessas tecnologias, à observação direta dos objetos, das superfícies, sucederia uma observação *em direto*, mediatizada, a qual se desenvolveria a partir da disposição de uma interface entre alguém que vigia e um outro ou algo vigiado – a observação conferida pelo exemplo da vídeo-vigilância designa, de início, um aparelho técnico: a câmera e o monitor de vídeo.

Um dos objetivos propostos por essa tele-vigilância em tempo real seria tornar sua presença não mais ocasional e sim pesar em permanência sobre as ações dos indivíduos. Abandona-se a idéia de uma repressão exercida pontualmente pelos agentes

⁵ De fato, algumas câmeras situadas em determinadas localidades urbanas transmitem diretamente a Internet as imagens registradas, tornando públicos desde as fachadas das residências até os corpos dos indivíduos presentes nas aéreas sob vigilância; ou seja, espaços que até então deveriam ser compreendidos como privados se tornam, com a vídeo-vigilância, um dos exemplos da constituição de uma *imagem pública*.



mais fortes ou mais numerosos em proveito de uma vigilância imanente aos espaços, onde a conscientização dos indivíduos de que sempre se pode ser observado os afastaria das práticas delituosas, das ilegalidades.

“Quando os indivíduos se sentem vigiados pelas câmeras, mesmo que não exista ninguém na *régie*, há um condicionamento e há uma espécie de comando. A vídeo-vigilância é um comando de comportamentos. Ao mesmo tempo que ela dissuade os delinquentes, ela modifica os comportamentos de todo mundo”⁶.

A tele-vigilância em tempo real privilegiaria também a constituição de uma suposta *imagem total* dos espaços e dos indivíduos suspeitos, tornando-os transparentes ao olhar, espreitando de modo contínuo as situações de risco. Com a observação dos ambientes, das situações em tempo real, já não são se pretende mais tão somente a execução de uma resposta que visaria restabelecer a ordem, o pacífico, diante de certos indivíduos – os desviantes, os delinquentes – que tomam a iniciativa de afrontar em um ponto a harmonia, a segurança; mas, o sistema que objetivaria a constituição de procedimentos que permitissem preceder e prever os atos, possíveis delitos e crimes, interceptando os indivíduos suspeitos em seu trajeto, no decorrer de suas ações.

Norris e Armstrong ilustram bem esse processo contínuo que visaria interceptar, impedir a ocorrência de determinados crimes, de ilegalidades mediante elaboração de uma espécie de codificação de situações, de comportamentos, bem como de ambientes que são potencialmente delituosos nas cidades inglesas⁷. Uma codificação que englobaria ainda outros elementos agenciados, tais como características sociais, fatores étnicos, idade, os quais viriam a constituir uma espécie de tipologia de indivíduos suspeitos. Dentre outros sentidos, essa classificação deve orientar os operadores das salas de controle não só no reconhecimento das circunstâncias que devem ser monitoradas, mas, igualmente, na determinação de quais ocorrências devem ser comunicadas ao posto policial, a fim de impedir, de uma forma geral, a ocorrência de crimes, de delitos.

Grande parte da eficiência dos processos de vídeo-vigilância relacionar-se-ia, sobre certas circunstâncias, às características técnicas dos materiais utilizados, tais como

⁶ VITALIS, A. & HEILMANN, E. “La vidéosurveillance: un moyen de contrôle à surveiller” in *Le Courrier du CNRS* n° 82, maio de 1996, pp. 48-49.

⁷ Cf. NORRIS, C. & ARMSTRONG, G. “Working Rules and the Social Construction of Suspicion” in *The Maximum Surveillance Society*. The rise of CCTV, pp. 117-151.



a precisão e a resolução das imagens, os níveis de zoom ou, ainda, o período de registro, bem como a mobilidade da própria câmera. Existe uma diversidade de câmeras de vigilância presente nos espaços públicos e privados, desde as mais simples, com alcance de cem metros, até as mais sofisticadas com infravermelho, mobilidade rotacional de 360 graus e níveis de zoom que permitem uma aproximação de até dois quilômetros. Entretanto, uma das características técnicas dos dispositivos de vídeo-vigilância que tem sido compreendida como fundamental ao controle dos espaços urbanos corresponderia ao seu *agenciamento*, a sua *interação* com sistemas informáticos.

Um dos possíveis exemplos dessa importância conferida à articulação com sistemas informáticos seria o projeto *Olho Vivo*, uma tecnologia ininterrupta de vigilância desenvolvida pela empresa *AT4 Solution*, do *Grupo WDC*. Esse projeto se constitui como um processo flexível e integrado de monitoramento⁸ que grava e mantém em arquivo uma larga escala de imagens por um longo período de tempo, permitindo a vigilância de pontos remotos com grande facilidade a partir de uma circulação de imagens via Internet. O projeto oferece ainda, através de *softwares* especialmente desenvolvidos para tal, a capacidade de interagir com os arquivos e registros produzidos a fim de possibilitar, por exemplo, o reconhecimento de placas de veículos e a detecção de indivíduos suspeitos⁹.

Contudo, a organização de uma vigilância associada a interfaces informáticas se revela ainda mais intensa quando a capacidade de análise do meio ambiente, a interpretação das situações passa a ser relativamente atribuída a softwares desenvolvidos para um monitoramento automático dos espaços, suprimindo, em certos domínios, a necessidade da presença de um observador. As câmeras de vídeo de um projeto denominado *Chromatica* dispostas nas estações metroviárias de algumas cidades européias, tais como Londres, Milão e Paris, são capazes de detectar automaticamente nos indivíduos comportamentos e situações que, supostamente, fugiriam à normalidade. “Há lugares no metrô onde não se pode ficar parado”, explica Louahdi Khoudour, um

⁸ A maioria das câmeras utilizadas pelo Projeto Olho Vivo pode ser remanejada facilmente de um ponto a outro, permitindo a interligação a uma rede ou a outros tipos de sistemas de circuito fechado de televisão. Para um maior detalhamento do funcionamento desse sistema de vigilância, ver a página da Internet da WDC Networks: <http://www.wdcnet.com.br/>

⁹ Através do uso da técnica da *biometria*, é possível identificar indivíduos suspeitos graças ao reconhecimento dos seus traços fisionômicos. Tal reconhecimento é efetuado por softwares específicos que realizam uma comparação entre uma coleção de dados, de modelos, bem como de outras informações arquivadas, e o registro das imagens dos indivíduos presentes no espaço sob vigilância.



dos responsáveis pelo projeto na França, ‘pois o sistema associa isso a uma situação de perigo, ou no mínimo suspeita’¹⁰.

Permanecer parado por uma dada quantidade de tempo – ficando um minuto imóvel, a imagem do indivíduo se torna verde; caso o tempo seja superior a dois minutos, a imagem na tela se torna vermelha e o alerta é dado –, não prosseguir na direção natural do movimento, parar e se juntar a um grupo, circular em espaços proibidos, tornam-se alguns dos comportamentos suspeitos apontados pelos computadores integrados às câmeras de vigilância¹¹. De fato, a máquina de visão já não age apenas efetuando uma varredura automática no espaço sobre o qual ela opera. Ela seria ainda um dos signos atualizados pela constituição de uma verdadeira “automação da percepção”¹², veiculada, dentre outros fatores, por uma análise eletrônica da realidade, por assim dizer, objetiva.

É preciso atentar também para a multiplicidade dos desvios no uso das câmeras de vídeo, os quais fugiriam as suas aplicações consideradas como práticas e imediatas, ou seja, aos seus objetivos aparentemente securitários, ao combate às práticas delituosas. Além de possibilitar, por exemplo, intervenções sobre situações de furto, a capacidade de realizar um monitoramento contínuo sobre os espaços comerciais permite vigiar o comportamento dos empregados durante a execução de seus trabalhos¹³. Registrando de um modo ininterrupto as situações vivenciadas, as câmeras de vídeo conferem ainda a oportunidade de verificar o comportamento dos consumidores, observando a sua conduta nos processos de compra. Essa observação dos gestos e procedimentos dos indivíduos permitiria, dentre outras utilidades, aperfeiçoar o posicionamento dos produtos e induzir o percurso de compra mais eficaz¹⁴.

Não podemos, igualmente, limitar os desvios dos objetivos imediatos construídos sobre a presença cada vez maior dessa vigilância televisual a mecanismos de dominação. Como apontamos anteriormente, um dos processos conduzidos por esse sistema de monitoramento, de controle são construídos sobre uma produção, uma análise e uma difusão de imagens. E o estudo sobre as formas como essas tecnologias transmitem modos de criação, geração, transmissão, conservação e percepção de

¹⁰ MAZOYER, F. “O mercado da vídeo-vigilância” in *Le monde diplomatique* – Edição brasileira, ano 2, nº 19.

¹¹ Idem

¹² Cf. VIRILIO, P. “La machine de vision” in *La machine de vision*, pp. 125-159.

¹³ Cf. VITALIS, A. “Le regard omniprésent de la vidéosurveillance” in *Le monde diplomatique*, março de 1998. Interessante notar os desdobramentos atualizados por esse desvio nas aplicações imediatas da vídeo-vigilância. Aqui, o processo securitário se converte em ferramenta de controle do trabalho e da produtividade dos empregados inscritos nos espaços monitorados.

¹⁴ Idem.

imagens, tem se revelado como uma preocupação bastante recorrente nos domínios da arte, sobretudo, nas vídeos-instalações. Com relação à vídeo-vigilância, aos circuitos internos de televisão, Anne-Marie Duguet nos mostra, tomando como base os trabalhos de artistas como Bruce Nauman e Dan Graham, que a arte torna possível “jogar” o dispositivo¹⁵, renovando, a partir de uma re-apropriação do mesmo, o seu próprio sentido e funcionalidade.

Na verdade, “jogar” um dispositivo significaria, dentre outras atribuições, produzir manipulações, intervenções que se direcionassem sobre os agenciamentos entre os seus diferentes elementos constitutivos. E em trabalhos como *Video surveillance Piece (Public Room, Private Room)* ou *Time Delay Room*, os quais são construídos sobre os processos de vigilância, Bruce Nauman e Dan Graham não fazem senão organizar novas divisões do visível e do invisível, acenar com uma outra proposta de recorte das noções de espaço e de tempo, promover diferentes modos de inscrição e jogos da presença filmada. De fato, compreender o funcionamento e o desenvolvimento da vídeo-vigilância a partir de deslocamentos que são produzidos na sua utilização, em determinadas situações que, de um certo modo, incidiriam sobre a disposição dos elementos que o recompõem, torna-se uma importante via para o seu entendimento.

Citando o exemplo das ações referentes à polícia da municipalidade de Hoboken, distrito de Nova Iorque, Paul Virilio desloca os sentidos da vídeo-vigilância¹⁶ associando o seu desenvolvimento aos circuitos de iluminação dos espaços públicos e privados, os quais objetivariam, dentre outros fins, *clarear* [éclaircir] esses ambientes, tornando-os mais acessíveis ao olhar, ampliando a visibilidade sobre as situações. Se a iluminação dos espaços públicos e privados sempre esteve associada à constituição de uma sensação de segurança, tornando esses ambientes transparentes ao olhar, bem como eliminando as obscuridades e as zonas de sombra, caberia à vídeo-vigilância a função de aperfeiçoar ou completar esses processos e, sobretudo, de potencializá-los em novas características, conferindo uma outra dimensão à iluminação urbana.

Com a presença das câmeras de vigilância nos mais diversos espaços urbanos, a idéia do olho-lâmpada do Iluminismo – o qual se refletia em uma investigação e monitoramento dos espaços públicos e privados, a fim de que uma imagem total da sociedade fosse obtida –, parece se tornar uma realidade. Entretanto, para Virilio não se trataria mais de uma iluminação oriunda de uma luz química ou de luz elétrica e sim,

¹⁵ Cf. DUGUET, Anne-Marie. “Dispositifs” in *Déjouer l’image – Créations électroniques et numériques*, pp. 35-40.

¹⁶ Cf. VIRILIO, P. “Une ville surexposée” in *L’insecurité du territoire*, pp. 205-209.

como nos revela a Berlim disposta no filme de Michael Klier, de uma espécie de iluminação pública eletrônica, onde a iluminação indireta da imagem eletrônica sucederia à iluminação direta tradicional¹⁷. Uma iluminação que, segundo o autor, veicularia a constituição de uma espécie de dia eletrônico, de um prolongamento da duração da visibilidade, compreendido como um *faux jour*, o qual já se revelara anteriormente sob as formas de um dia químico (luz de velas e luminárias a gás) e de um dia da eletricidade (lâmpadas elétricas)

Para Virilio, de uma luz direta refletida pelos objetos dada a ver no instante do olhar, passamos a contemplar uma luz indireta transmitida instantaneamente, um meio eletro-ótico, conseqüência de uma aparente *disposição em onda do real* [mise-en-*onde du réel*], tornada possível graças às propriedades da física eletromagnética¹⁸. Segundo o autor, existe uma primazia do “tempo real” das transmissões instantâneas sobre o “espaço real”, bem como um privilégio da imagem sobre os objetos e os seres fisicamente presentes que caracterizam a colocação em obra de um novo tipo de “relevo”, de volume áudio-visual, resultado de uma nova organização da realidade sensível, de uma ótica, por assim dizer, ondulatória eletrônica¹⁹. A observação de materiais de registro e difusão em direto, a constituição de uma espécie de tele-realidade presente em “tempo real” agiria suplantando progressivamente a realidade da presença do espaço real dos objetos e dos indivíduos, onde o visível seria fruto do golpeio de nossas retinas não mais pelas radiações da luz solar ou elétrica, mas antes, pelas radiações eletromagnéticas de uma luz oriunda de um aparato eletrônico.

“Material de substituição eletro-ótica, a *videoscopia* encontra aqui, a meu ver, o seu papel principal: o de iluminar”²⁰. Uma substituição que seria também a metáfora de

¹⁷ Cf. VIRILIO, P. Sobre os sintomas que apontariam para uma “iluminação pública” oriunda menos de uma luz elétrica direta do que de uma luz eletrônica indireta relativa à vídeo-lâmpada das câmeras de vigilância, ver os seus livros *L’inertie polaire*, sobretudo o capítulo “La Lumière indirecte”, bem como *O espaço crítico*, principalmente os capítulos “A cidade sobreexposta” e “A arquitetura improvável”.

¹⁸ Na verdade, os fenômenos de visualização, bem como o próprio desdobramento da visão (uma visão direta que passa a conviver com uma visão “em direto”) analisados por Paul Virilio encontram na Ciência, sobretudo na Física, o solo privilegiado para a organização e concepção dos seus paradigmas conceituais-tecnológicos. Como a Ótica corresponde à parte da física que trata das propriedades da luz, considerando esta como a primeira condição dos fenômenos relativos à visão – não sendo o visível senão o *efeito de real* do imediatismo de uma emissão luminosa –, compreende-se melhor não só a perspectiva conferida pelo autor na leitura dos problemas colocados pelo advento do vídeo como uma visão assistida, intermediada, mas também, a intensa utilização de termos como ótico-eletrônica, meio eletro-ótico, dentre outros que venham a surgir ao longo do nosso texto.

¹⁹ Cf. VIRILIO, P. *O espaço crítico*, p. 62. Ótica eletrônica, como uma “ótica que não resulta mais tanto das propriedades do vidro das lentes tradicionais, mas antes das propriedades da transmissão eletrônica, desta transparência das distâncias”. Entretanto, parece-nos difícil fazer uma economia das reflexões conduzidas por Virilio sobre os caracteres da ótica ondulatória eletrônica, bem como dos seus efeitos sobre a organização das experiências vivenciadas pelos indivíduos. Para um maior detalhamento dessa que seria para o autor compreendida como a “grande ótica”, ver os capítulos “L’optique cinématique” e “La grande optique”, respectivamente nos livros *L’inertie polaire* e *La vitesse de libération*.

²⁰ Cf. VIRILIO, P. “La Lumière indirecte” in *L’inertie polaire*, pp. 10-11.

uma amplificação da luz ambiente realizada por algumas câmeras de vídeo, onde o aparelho de captura comporta vários patamares sucessivos de aceleração dos fótons, que aumentam na proporção correspondente a luminosidade da imagem final. Esse novo tipo de iluminação favoreceria a constituição de uma visão sobre espaços obscuros mediante substituição de uma luminosidade direta por intensificadores de luz. Ou ainda, uma iluminação que seria também o correlato de uma visão que “enxergaria” no escuro, veiculada pelas câmeras de vídeo infra-vermelho que capturam imagens a partir do calor emitido pelos corpos²¹. Com efeito, a partir da utilização dessas últimas tecnologias, observa-se o surgimento de uma nova percepção dos fenômenos, a qual seria organizada, de uma certa forma, sobre uma *visão térmica do mundo*²²...

Maquinarias do visível que operam uma varredura precisa e sistemática do espaço, as câmeras de vídeo parecem idealizar ainda mais a constituição de uma vigilância permanente, inseparável dos indivíduos, das situações, dos ambientes sobre os quais ela recai; todavia, diante das propriedades da ótica eletrônica, essa continuidade visual não é mais obtida a partir de uma contigüidade espacial, e sim por uma ausência de interrupção na difusão das imagens no tempo. A arquitetura do centro de vigilância se tornou um tipo de *régie-vídeo*, constituído não mais por janelas abertas a um espaço vizinho, cujo acesso imediato aos indivíduos e aos objetos se tornava possível por intermédio de uma luz do dia solar ou do dia da eletricidade. De uma visão direta das janelas das construções arquitetônicas, contempla-se o advento de uma “visão indireta” da tela dos monitores de vídeo, os quais são compreendidos por Virilio como uma *terceira janela*²³, uma esquadria removível e portátil que se abre a um outro regime de visibilidade, àquele das partículas aceleradas de uma iluminação eletrônica.

Se a luz direta das radiações luminosas (seja a da lâmpada elétrica, seja a do Sol), possibilitava, segundo Virilio, a constituição de uma espécie de transparência

²¹ Baseando-se nas estatísticas do ITARDA (uma instituição japonesa que estuda acidentes de trânsito), as quais revelavam que 70% dos atropelamentos acontecem à noite, a Honda (empresa japonesa fabricante de automóveis) apresentou, em meados de 2004, um novo sistema inteligente de visão noturna. Através da utilização de câmeras de infravermelho, posicionadas abaixo do pára-choque, esse sistema permite detectar pedestres que estejam na rota ou nas proximidades do veículo, fornecendo ao motorista alertas visuais e sonoros. Além de evitar atropelamento, o sistema teria como objetivo fornecer ao motorista uma visão mais efetiva das estradas e das ruas em períodos noturnos, principalmente em situações críticas, como nos pontos de cruzamentos, etc. As imagens são apresentadas ao motorista através de uma tela retrátil localizada sobre o painel. Durante o dia, ou quando o motorista desejar, a tela permanece recolhida, não atrapalhando a visão direta.

²² Cf. HADNI, A. “L’émission d’infra-rouge” in *L’infrarouge*, pp. 18-22

²³ Cf. VIRILIO, P. “A arquitetura improvável” in *O espaço crítico*. Para o autor, a primeira janela compreendia a porta, a porta-janela, estrutura necessária ao acesso e, portanto, à realidade da residência. A esquadria propriamente dita seria, na verdade, a segunda janela, a qual dentre outras atribuições caberia a função de iluminação, possibilitando o acesso à luz exterior. Finalmente, a terceira janela seria a tela da televisão, a qual se torna o terminal da luz eletrônica, permitindo o acesso a esta luz indireta que revela um novo campo perceptivo: o *horizonte artificial*.



“vulgar”, a luz indireta dos elétrons, dos fótons da ótica ondulatória dos sinais de vídeo provoca o surgimento de uma nova transparência. Uma transparência vinculada à sobreposição do “espaço real da visão” pelo “tempo real da imagem”, onde, de uma certa forma, a iluminação habitual dos ambientes cederia lugar às aparências instantaneamente transmitidas. “A luz permanece, portanto, como o único revelador das aparências sensíveis, mas é doravante a sua velocidade que ilumina, que dá a ver, em detrimento da claridade do dia solar ou do falso dia da eletricidade”²⁴.

De fato, se uma possível definição da palavra transparência se refere ao que se deixa facilmente atravessar pela luz, ou ainda o que permite distinguir claramente os objetos através da sua própria densidade – tal como o vidro, por exemplo –, verificamos que com a noção nova de interface em tempo real a transparência em Virilio muda de natureza. A transparência deixa de se referir às radiações luminosas do Sol ou da eletricidade para se relacionar com a celeridade das partículas elementares eletrônicas, tais como elétrons ou fótons, que se propagam à velocidade da própria luz. A superfície transparente torna-se o equivalente de um espaço atravessado pela luz indireta, por uma difusão imediata de uma iluminação eletrônica.

Por conseguinte, a noção de transparência supera o caráter único das aparências dos objetos dados a ver no instante do olhar, tornando-se o das aparências instantaneamente transmitidas, onde o termo proposto por Virilio, *trans-aparência* [trans-apparence], refere-se ao tempo real e não apenas a uma transparência do espaço real. Com o desenvolvimento de um novo tipo de luz artificial, a transmissão “em direto” das aparências dos objetos se acrescenta à antiga transparência do espaço real, a da atmosfera terrestre. A transparência direta, a natural, do ar, da água, é confrontada à transparência da ótica ondulatória eletrônica dos sinais de vídeo, com as aparências sendo comprimidas sobre uma só superfície: a interface do monitor.

A tela se torna uma espécie de transporte do olhar dos indivíduos, telescopia, fruto de uma radiação eletro-ótica que, segundo Virilio, decretaria o fim do mundo exterior, deste mundo de aparências imediatas que necessitava ainda de um movimento de deslocamento, da administração de um intervalo de espaço e de um certo lapso de tempo; intervalos “negativo” e “positivo” singularmente desvalorizados pelo intervalo da velocidade absoluta da luz, intervalo nulo destas ondas responsáveis da emissão eletrônica que, segundo o autor, recolocaria em causa não somente a noção filosófica de

²⁴ Cf. VIRILIO, P. “Le contrôle d’environnement” in *L’inertie polaire*, p. 108.



tempo presente; mas, sobretudo a de instante real. O tempo extensivo e cronológico se encontra progressivamente confrontado a uma temporalidade intensiva, orientada por um imediatismo, por uma instantaneidade.

“Com o excesso de velocidade, a visão se torna progressivamente a via, a via de acesso, de modo que a vida cotidiana pareça se tornar uma vigília ótica [veille optique], onde a visão substitui a vida, como se, desde já, presumindo chegar sem partir fisicamente, cada um se contentasse em permanecer em estado de espera diante do aparelho audiovisual, estimando provavelmente que o vetor *dromovisual* os alcance pela instantaneidade e pela ubiquidade”²⁵.

A transparência da ótica ondulatória eletrônica dos sinais de vídeo compreenderia um outro horizonte de visibilidade, um *horizonte artificial* que não poderia se constituir senão por intermédio de uma emissão e de uma recepção em tempo real. É a partir desse novo horizonte que Virilio vai problematizar a formação de uma última perspectiva, a *perspectiva do tempo real*, onde a estética do aparecimento dos objetos ou das pessoas, os quais se encontravam no horizonte aparente das unidades de tempo e de lugar da perspectiva clássica, passa a conviver com uma *estética do desaparecimento* [esthétique de la disparition] de personagens distantes surgindo sobre o *horizonte indireto* de uma tela catódica, na qual a unidade de tempo predomina sobre a unidade do espaço²⁶. Para Virilio, a luz indireta da ótica eletrônica ilumina o espaço urbano provocando o aparecimento de uma *fratura morfológica*²⁷ [fracture morphologique], cujo possível desdobramento poderia ser compreendido, dentre outros aspectos, como um fenômeno de contração da cidade, uma fricção de lugares e elementos naturalmente distintos, bem como separados por intervalos de distâncias.

O vídeo como máquina de visão projeta a imagem de um espaço fora do nosso alcance imediato, provocando o aparecimento de uma logística da percepção cujos

²⁵ Cf. VIRILIO, P. “La dromoscopie” in *L’ horizon négatif*, pp. 159-160.

²⁶ Cf. VIRILIO, P. “A perspectiva do tempo real” in *O espaço crítico*, pp. 101-118.

²⁷ Cf. VIRILIO, P. “A fratura morfológica” in *O espaço crítico*, p. 27. A fratura morfológica como “a crise de um espaço substancial (contínuo e homogêneo) em benefício de um espaço acidental (descontínuo e heterogêneo) em que as partes, as frações (pontos e fragmentos diversos) tornam-se novamente essenciais, assim como o instante, a fração, ou mesmo fratura do tempo”. De uma certa forma, os efeitos descritos por essa fratura morfológica não seriam desenvolvidos exclusivamente a partir das características disseminadas pela ótica ondulatória eletrônica. Na verdade, o desenvolvimento do telescópio e do microscópio já produzia esse fenômeno de “encaixe”, provocando uma relativa indistinção entre as dimensões e as distâncias. Para Virilio o telescópio já acenava com a constituição de uma visão independente da proximidade visual, ocasionando uma *fusão / confusão* entre a imediata proximidade do visível e a visibilidade do que está para além do campo visual. Por sua vez, o microscópio provocava o aparecimento de uma visão que se tornava independente de uma realidade macro ou micro-física, produzindo uma indistinção entre as dimensões, por assim dizer, naturais.

caracteres inaugurariam uma transferência desconhecida do olhar, intensificando a constituição da *fratura morfológica*, um encaixe entre o próximo e o distante, um fenômeno de aceleração que aboliria o conhecimento dos indivíduos acerca das distâncias e das dimensões. Essa *fratura morfológica* anunciada por Virilio conduziria os indivíduos, diante do advento da perspectiva do tempo real, a um universo topológico artificial, tornando a cidade um *espaço crítico*, uma massa eletrônica relativamente desprovida de dimensões espaciais. Diante desta súbita facilidade anunciada pelo autor de passar sem transição ou espera da imediata proximidade do visível para a visibilidade do que está para além do campo visual, a antiga distinção entre as dimensões e as distâncias parece não dispor mais de uma importância efetiva para a visão.

A transparência constituída sobre uma transmissão imediata e a distância das aparências, a *trans-aparência*, refere-se à ruptura progressiva da extensão, da dependência local, territorial e, sobretudo, do próprio horizonte como limites, como delimitadores do campo da visão. “De além-mar até além-céu, o horizonte separa a transparência da opacidade”²⁸, escrevia Paul Virilio acerca do potencial crítico relacionado ao regime de relações inter-pessoais, estéticas, sociais e políticas oriundo da aquisição recente da *velocidade de libertação*. Diante da constituição do horizonte artificial, compreendido pelo autor como um *horizonte indireto*, que desloca os sentidos relacionados não só a uma proximidade geográfica (com a anulação das distâncias de espaço), mas, de forma semelhante, a uma proximidade geométrica (com a relativa superação de uma perspectiva do espaço real por uma perspectiva do tempo real), o que separa a transparência da opacidade é a transmissão, a difusão contínua de imagens no tempo.

A vídeo-vigilância inscrever-se-ia justamente nessa lógica, em uma nova proximidade de caráter eletromagnético que, de uma certa forma, sucederia também à proximidade mecânica dos veículos dinâmicos, dos meios de transporte. No domínio do ordenamento da transparência indireta relacionada às tecnologias da vídeo-vigilância, a visibilidade dependeria fundamentalmente do trajeto, da velocidade das imagens, da velocidade da luz da eletro-ótica na atualidade. Por conseguinte, compreende-se melhor a importância conferida por Paul Virilio no entendimento da formação desse horizonte constituído sobre o tempo real, o qual, dentre outros desdobramentos, veicularia a revelação de uma transparência fruto do caráter ondulatório eletrônico da realidade.

²⁸ Cf. VIRILIO, P. “Ciel ouvert” in *La vitesse de libération*, p. 11.



Uma transparência vinculada à superação do espaço real da visão pelo tempo real da imagem, a uma sobreposição de uma visão direta por uma visão assistida, mediatizada.

Para Paul Virilio, a perda da importância da linha de horizonte da perspectiva geográfica, sobre certas condições, tornaria extremamente necessária a criação de um horizonte de substituição. Um horizonte artificial de uma tela ou de um monitor capaz de demonstrar, de revelar incessantemente essa preponderância da perspectiva midiática sobre a perspectiva imediata do espaço²⁹. Os lugares, as superfícies, o ambiente territorial são apreendidos sob as orientações prescritas por uma perspectiva do tempo real, oriunda também do trajeto instantâneo e ubíquo da eletro-ótica, a qual desvalorizaria a existência do horizonte natural, a sua importância na delimitação da transparência. De fato, para além de nos informar, por intermédio da imagem retiniana, o mundo visual circundante, delimitado pelo horizonte geográfico, a velocidade nos permite, através da formação de um *horizonte indireto* veiculado pelas transmissões em tempo real, visualizar o que se passa nas mais vastas distâncias quase que instantaneamente³⁰.

O conceito de trans-aparência desenvolvido por Virilio não compreenderia senão a súbita revelação de um espaço tele-presente que resulta de uma contração telúrica, de uma extensão geofísica que se comprime, que se concentra, relativizando a extensão das distâncias e das dimensões. Um verdadeiro *espaço crítico* que não deixa de estar presente em *Der Riese*, bem como nos mais diversas localidades urbanas, onde a vídeo-vigilância se organiza sobre esses circuitos da atualidade que transmutam a distância em interface luminosa, transformando a transparência num valor cujo vetor será a velocidade, o cinetismo e a potência de luminosidade. “O que se manifesta na tela catódica é o espaço de uma distância que se transmuta, diante dos nossos olhos, em energia luminosa, em poder de iluminação”³¹. Para se ver, não se contenta mais em se dissipar a obscuridade, dissipa-se também o obstáculo da extensão, da distância, pela implacável perspicácia de um material de captura e de transmissão instantânea.

Referências bibliográficas

²⁹ Cf. VIRILIO, P. *La bombe informatique*, pp. 24-25.

³⁰ Graças à capacidade de interação com tecnologias informáticas, existem inúmeras câmeras de vídeo espalhadas nas localidades mais diversas do globo cujos registros e imagens podem ser acompanhados em tempo real pela Internet.

³¹ Cf. VIRILIO, P. “La Lumière indirecte” in *L’inertie polaire*, p. 16.



BRUNO, Fernanda. “Máquinas de ver, modo de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias da comunicação e da informação” in *Revista FAMECOS* nº 24, Porto Alegre: julho de 2004.

DUGUET, A.-M. *Déjouer l’image – Créations électroniques et numériques*, Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon, 2002.

HADNI, A. *L’infrarouge*, Paris: P.U.F., 1975.

KIHM, C. “Les modalités de la présence: vidéosurveillance, regard et identité” in *Art Press* nº 303, julho de 2004.

LESTOCART, L.-J. “Aporie sur l’enfermement” in *Art Press* nº 303, julho de 2004.

MAZOYER, F. “O mercado da vídeo-vigilância” in *Le monde diplomatique* (Edição brasileira), ano 2, nº 19. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/materia.php?id=15>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2006.

NORRIS, C. & ARMSTRONG, G (org.). *The maximum surveillance society: The rise of CCTV*, Oxford: Berg, 1999.

PARENTE, André. (org.). *Imagem-Máquina – A era das tecnologias do Virtual*, São Paulo: Editora 34, 1993.

VIRILIO, P. *La bombe informatique*, Paris: Galilée, 1998.

_____. *L’horizon négatif*, Paris: Galilée, 1984.

_____. *L’inertie polaire*, Paris: Christian Bourgois, 1990.

_____. *L’insécurité du territoire*, Paris: Galilée, 1993.

_____. *La machine de vision*, Paris: Galilée, 1994.

_____. *La vitesse de libération*, Paris: Galilée, 1995.

_____. *O espaço crítico*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

VITALIS, A. & HEILMANN, E. “La vidéosurveillance: un moyen de contrôle à surveiller” in *Le Courrier du CNRS* nº 82, maio de 1996.

VITALIS, A. “Le regard omniprésent de la vidéosurveillance” in *Le monde diplomatique*, março de 1998. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/VITALIS/10142>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2006.